

**AO ILMO. SR. PREGOEIRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
DA ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

Referência: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 150/2025
RECORRENTE: CAMILA VENTURIN ZAPPELLINI PAIVA LTDA
RECORRIDO: ARI VALDIR NASCIMENTO LOPES EPP

ARI VALDIR NASCIMENTO LOPES, já devidamente qualificado no Pregão Eletrônico em destaque, vem à presença de V.Sa., através de seu procurador e advogado constituído, ao final firmado, apresentar suas

CONTRARRAZÕES

Em face do **RECURSO ADMINISTRATIVO** proposto pela Recorrente, **CAMILA VENTURIN ZAPPELLINI PAIVA LTDA.**, pelos fatos e fundamentos de direito como a seguir:

Do fato:

Trata-se de Recurso Administrativo proposto pela Recorrente contra decisão do Pregoeiro que habilitou a Recorrida, **ARI VALDIR NASCIMENTO LOPES** no processo licitatório, modalidade **Pregão Eletrônico nº 150/2025**, com objeto de: Contratação de empresa especializada para a manutenção preventiva e corretiva de limpeza e desobstrução de elementos de drenagem pluvial e de esgoto sanitário, incluindo o transporte e a destinação final dos resíduos e efluentes nas áreas sob responsabilidade da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA).

Alega a Recorrente em apertada síntese que: ***“não apresentou documentos de habilitação exigidos conforme o edital”***.

1) DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Insurge-se a Recorrente contra a apresentação pela Recorrida de atestado técnico em nome da empresa **GIOVANI JOSE GASPAR STEFANES ME**, alegando suspeitas acerca da estrutura da referida empresa; que trata-se de empresa sede localizada em local modesto; que pelas imagens colacionadas ao recurso, tem-se que inexistente qualquer vestígio de serviços prestados.

Mais, alega, sem qualquer prova que o conteúdo do atestado técnico fornecido pela referida empresa, *“não transparece ser verídico”*, em outras palavras, se não *“é verídico”*, alega infundadamente ser falso o atestado técnico fornecido.

Entretanto, não prova o alegado! Uma simples foto retirada pelo aplicativo *“Google Maps”* onde verifica-se através do *“Google Street View”*, não pode ser considerado como prova conclusiva de nada, ainda mais, acerca da real estrutura de uma empresa.

Da alegação de crime

Conforme o ordenamento jurídico brasileiro, o ônus da prova é de responsabilidade da parte que alega o fato e busca um direito e cabe demonstrar que as suas afirmações e pedidos são verdadeiros.

O uso de documento falso é crime previsto no Art. 304 do Código Penal Brasileiro e falsa acusação de um crime a alguém, é crime de Calúnia, também previsto no Art. 138 do mesmo Código Penal.

A insurgente, alega que o atestado de capacidade técnica é falso, em suas palavras “*não transparece ser verídico*”. Não provou minimamente o alegado e ainda acusa a empresa de ter falsificado documento, crime previsto no Art. 297 do Código Penal; acusa a Recorrida de ter usado o tal documento falso (crime previsto no Art. 304) e comete Calúnia à Recorrida (Art. 138) do CP).

Da apresentação de outros atestados técnicos:

O edital prevê:

“11.7 – HABILITAÇÃO TÉCNICA:

11.7.1. A empresa classificada deverá apresentar os seguintes documentos para comprovação referente à qualificação técnica e ambiental, a licitante deverá apresentar:

a) Atestado ou declaração de capacidade, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa licitante, que comprove ter a licitante executado objeto com características semelhantes ao objeto a ser contratado”.

Além do atestado técnico combatido pela Recorrente, a Recorrida apresentou outros 04 (quatro), a saber:

Note-se que em relação aos demais atestados técnicos apresentados, a Recorrente não faz sequer menção. São eles:

- **Comando da Aeronáutica – Segundo Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo - CINDACTA II;**
- **Prefeitura Municipal de Telêmaco Borba;**
- **Prefeitura Municipal de Londrina.**
- **Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina**

O edital prevê a apresentação de atestado técnico (no singular), tendo a Recorrida apresentado 04 (quatro) atestados.

Portanto, impugna-se as alegações da Recorrente quanto à alegação de falsidade de atestado técnico da empresa GIOVANI JOSE GASPAR STEFANES ME.

A decisão deve ser mantida, neste ponto.

2) DA ALEGADA AUSÊNCIA DE REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE DOS PROFISSIONAIS INDICADOS

Alega a Recorrente, que a Recorrida não apresentou dos responsáveis técnicos registrados no órgão competente, ou seja o CREA.

Ocorre que a Recorrida apresentou como responsável técnico **WESLEY SOARES DE PONTES**, Engenheiro Ambiental, Mecânico e de Segurança do Trabalho, com registro profissional no CREA-PR sob nº 190210-D.

Note-se que a profissional **SILVIA MARA HALUCH**, foi responsável técnica até 07/01/2025 e **NÃO** foi indicada como responsável técnica no Pregão.

A certidão juntada ao certame comprova a regularização do profissional **WESLEY** perante o CREA-PR, vejamos o destaque extraído da certidão do CREA juntada ao processo, documento no qual verifica-se que o profissional está com a situação de ATIVO perante o Conselho Profissional, assim como os seus títulos profissionais:

Responsáveis técnicos pela Matriz - CNPJ: 84.998.921/0001-85

NOME CIVIL: WESLEY SOARES DE PONTES

Carteira: PR-190210/D - Data de expedição: 02/10/2020

Desde 15/01/2025 - Carga horária: 2h

Situação: Ativo

TÍTULO: ENGENHEIRO AMBIENTAL - Situação: Regular

Lei Federal N.º 5.194/1966 - Art. 7º

TÍTULO: ENGENHEIRO AMBIENTAL - Situação: Regular

Resolução do Confea N.º 447/2000 - Art. 2º

TÍTULO: ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO - Situação: Regular

Lei Federal N.º 7.410/1985, de 27 de novembro de 1985

Obs.: Atribuição concedida pelo Crea-SP.

TÍTULO: ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO - Situação: Regular

Resolução do Confea N.º 359/1991 - Art. 4º

Obs.: Atribuição concedida pelo Crea-SP.

TÍTULO: ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO - Situação: Regular

Decreto Federal N.º 92.530/1986, de 09 de abril de 1986

Obs.: Atribuição concedida pelo Crea-SP.

TÍTULO: ENGENHEIRO MECÂNICO - Situação: Regular

Lei Federal N.º 5.194/1966 - Art. 7º

TÍTULO: ENGENHEIRO MECÂNICO - Situação: Regular

Resolução do Confea N.º 1.073/2016 - Art. 5º

TÍTULO: ENGENHEIRO MECÂNICO - Situação: Regular

Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 12º

Ainda, no item 11.7 - **HABILITAÇÃO TÉCNICA**, o edital prevê:

f) Apresentação de responsável técnico, devidamente registrado no órgão competente, e vínculo com a empresa;

A referida certidão obtida junto ao CREA, comprova o registro do profissional perante o Conselho profissional correspondente e o liame contratual com a empresa contratante.

Ainda, o contrato de prestação de serviços, também juntado ao Pregão, comprova a regular contratação para atuar como responsável técnico da empresa perante o CREA.

Impugna-se a alegação da Recorrente de não apresentação de documento comprobatório de registro no Conselho Profissional.

3) PROCESSO DIGITAL – ASSINATURA DIGITALIZADA

A Recorrente alega que as assinaturas do representante legal nos documentos constantes da licitação, foram escaneadas e protesta pela inabilitação

Ocorre que, o edital não especifica em qual a forma os documentos devem ser assinados, e mais, o acesso ao Pregão é realizado pelo sistema eletrônico, através de senha pessoal e chave de identificação intransferíveis, tudo conforme disposto no Item 5 do Edital.

Vale dizer que tanto o acesso quanto à juntada de documentos ao processo licitatório é realizado através de senha e chave de acesso, para o qual, o representante legal ou preposto por ele autorizado tem acesso.

Todos os documentos juntados foram todos assinados pelo representante legal.

Resta impugnado o reclamo da Recorrente, neste sentido.

4) AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO OPERACIONAL JUNTO A INTEGRALIDADE DO OBJETO LICITADO.

A Recorrente alega que a Recorrida não comprovou experiência na totalidade do objeto exigido no certame.

A Recorrida apresentou a licença de operação do Instituto Água e Terra do Paraná, além de atestados de capacidade técnica, emitidos pelos órgãos elencados anteriormente (Sindacta II, Prefeituras de Londrina e Telêmaco Borba e Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, dando conta de sua capacidade em:

- **Serviço especializado de limpeza de redes de esgoto e fossas e limpeza de calhas;**
- **Limpeza e desobstrução de bocas de lobo;**
- **Limpeza e desobstrução de galerias de drenagem de esgoto;**
- **Coleta e transporte de efluentes líquidos**
- **Desobstrução e limpeza de boca de lobo padrão PML 901X80X110 com utilização de caminhão de hidrojateamento e sucção;**
- **Desobstrução e limpeza de tubulação de águas pluviais, com diâmetro de 30/40/50/60/80/100 e 150 cm, com utilização de caminhão de hidrojateamento e sucção;**
- **Limpeza de caixa central de boca de lobo;**
- **Locação de caminhão Pipa com 16m³ para abastecimento de água potável;**
- **Lavagem de ruas com caminhão pipa para preparação prévia à execução de serviços de micro pavimentação.**

Ademais, a exigência contida no item 16 do Termo de Referência – Da Habilitação, diz:

Item 16 do Termo de referência – **HABILITAÇÃO TÉCNICA:**

“Referente à qualificação técnica e ambiental, a licitante deverá apresentar:

- Atestado ou declaração de capacidade, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa licitante, que comprove ter a licitante

executado objeto com **características semelhantes** ao objeto a ser contratado”;
(grifos nossos)

A norma aqui, exige características semelhantes ao objeto contratado. Portanto, não há que se falar em descumprimento da exigência do Edital, quando a Recorrida apresentou vasta experiência na área, através de atestados de capacidade técnica, com atividades idênticas ou semelhantes ao objeto.

Impugna-se, também o reclamo da Recorrente neste ponto.

Isto posto, **REQUER:**

- a) O **NÃO PROVIMENTO** do RECURSO administrativo interposto pela Recorrente;
- b) A **declaração de habilitação** da Recorrida, **ARI VALDIR NASCIMENTO LOPES EPP**, no certame, tendo em vista que cumpriu todas as exigências constantes no edital **Pregão Eletrônico nº 150/2025**.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Curitiba, 19 de fevereiro de 2025.

REGINALDO CELSO
GUIDOLIN:40260356972
56972
Assinado de forma digital por
REGINALDO CELSO
GUIDOLIN:40260356972
Dados: 2025.02.19 17:30:52
-03'00'
REGINALDO CELSO GUIDOLIN
OAB/PR 38.992

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE:

ARI VALDIR NASCIMENTO LOPES, Empresário, inscrito no CNPJ sob o nº 84.998.921/0001-85, portador da carteira de identidade nº 3.160.628-4/PR e CPF/MF nº 428.155.419-04, com sede na Rua José Mariano dos Santos, 408, Vila Tarumã, Pinhais – PR. CEP 83323-120.


OUTORGADOS:

REGINALDO CELSO GUIDOLIN, advogado inscrito na OAB/PR sob nº 38.992, CPF nº 402.603.569,72 e **REGINA MARIA GUIDOLIN**, advogada, inscrita na OAB/PR sob nº 58.445, CPF nº 009.098.089-10, todos com endereço na Rua Osmário de Lima, 610 Capão da Imbuia, Curitiba – PR., CEP 82810-280, onde recebem intimações.

PODERES:

Amplos e gerais poderes, inclusive os da cláusula “*ad judicia et extra*”, para ser representado em, qualquer Juízo ou Tribunal, Órgãos Públicos, Conselhos profissionais, Prefeituras Municipais, podendo, requerer documentos, propor ou desistir de ações por mais especiais que sejam, inclusive medidas preventivas, usar de recursos legais, processos e recursos administrativos, licitações, receber citações, embargar, contestar, produzir provas, intervir, impugnar, confessar débitos tributários, propor e firmar parcelamentos de débitos de tributos, transigir, firmar compromissos, desistir, receber e dar quitação, enfim, praticar todos os atos necessários ao bom e fiel cumprimento do presente mandato, podendo inclusive, substabelecer no todo ou em parte, com ou sem reserva de poderes, em especial em defesa dos interesses do outorgante em processos de licitação em órgãos e empresa públicas.

Curitiba, 19 de fevereiro de 2025.

Documento assinado digitalmente
 **ARI VALDIR DO NASCIMENTO LOPES**
Data: 20/02/2025 10:20:07-0300
Verifique em <https://validar.itb.gov.br>

ARI VALDIR NASCIMENTO LOPES



OAB/PR 3118
Rua Osmario de Lima, 610
Curitiba/PR – CEP 82810-260
Fone ++ 55 41 3366-3444

TEM FE PUBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 05604033

USO OBRIGATÓRIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.900/94)




ASSINATURA DO PORTADOR

OBSERVAÇÕES



ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO SECCIONAL DO PARANÁ
IDENTIDADE DE ADVOGADO

INSCRIÇÃO: 38992

COLO

NOME
REGINALDO CELSO GUIDOLIN

FILIAÇÃO
ANTONIO GUIDOLIN
MARIA DULCE GUIDOLIN

NATURALIDADE
PONTA GROSSA-PR

RG
32847897 - SSP

DOADOR DE ÓRGÃOS E TECIDOS
NÃO

DATA DE NASCIMENTO
02/03/1962

CPF
402.603.589-72

VIA
01

EXPEDIDO EM
27/08/2008

ALBERTO DE PAULA MACHADO
PRESIDENTE